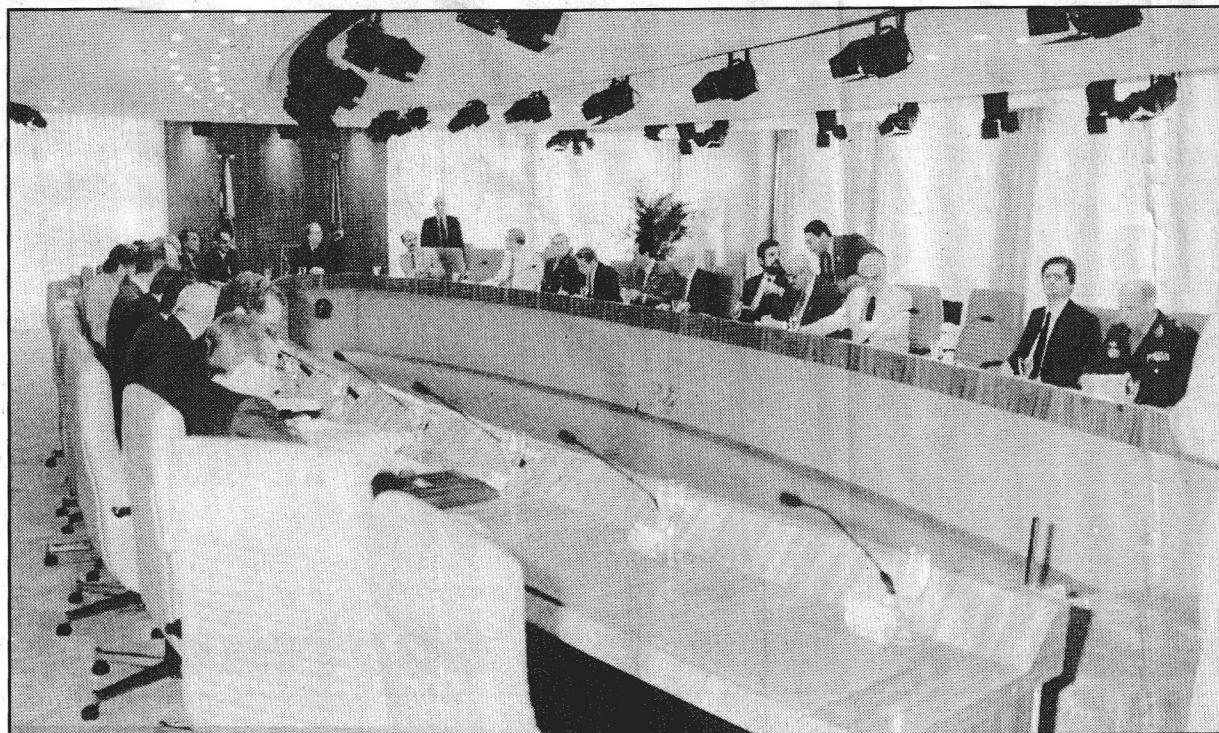


Governo define programa econômico para 93

ARNILDO SCHULZ



Durante a reunião ministerial, Paulo Haddad explicou que a queda dos juros não pode ser drástica

O presidente Itamar Franco definiu ontem, durante reunião ministerial, no Palácio do Planalto, as prioridades na área econômica. A intenção é retomar o crescimento a partir de 1993, criando um milhão de novos empregos. Segundo o ministro do Planejamento, Paulo Haddad, para atingir esse objetivo serão investidos na economia quatro bilhões de dólares (Cr\$ 56 trilhões), o que seria suficiente para comprar cerca de 560 mil Gols 1.000, a preços de hoje.

Desse total, 1,5 bilhão de dólares serão aplicados na construção de casas populares e 2,5 bilhões na recuperação de estradas, com prioridade para as rodovias de escoamento da produção agrícola. O setor de exportação também receberá incentivos, elevando em 38,8 por cento a receita com as vendas externas. Ou seja, passará dos atuais 35 bilhões de dólares para 50 bilhões de dólares.

Os recursos para bancar este audacioso plano sairão do orçamento fiscal (arrecadação com impostos), além de empréstimos junto a organismos internacionais (Banco Mundial, BID e Eximbank). Haddad lembrou também que o Presidente continuará firme na determinação de acabar com as desigualdades sociais.

Miséria — Estudo apresentado ao Presidente, no sábado, pela área econômica indica que 45 milhões de pessoas se encontram em estado de miséria absoluta. “O Presidente avalia que a situação se agravou nos últimos anos por conta da recessão, e isto o deixou angustiado”, contou o ministro do Planejamento. Para reverter o quadro, Itamar determinou que as ações do Governo na área de preços levem em conta os aspectos sociais.

“Um exemplo disto é a decisão

de criar a tarifa postal social, anunciada ontem (sexta-feira)”, explicou ele. Esta tarifa foi fixada em Cr\$ 700 para as cartas simples ou 50 por cento abaixo do custo normal.

O ministro, Paulo Haddad, anunciou que o Banco Central utilizará os instrumentos normais do mercado para manter a redução gradual das taxas de juros, sem intervenções unilaterais. “Na reunião de ontem ficou claro que a queda não pode ser abrupta, pois ainda há expectativas inflacionárias acentuadas, e o ajuste fiscal ainda não foi aprovado”, explicou Haddad. Neste contexto, ele lembrou que a política monetária ainda é o único instrumento para evitar o descontrole dos preços. Quando o ajuste fiscal for

aprovado, o ministro argumenta que haverá maior liberdade para o Governo administrar a política econômica com juros menores.

Esta é a proposta defendida por Haddad desde o início de sua gestão, e sua confirmação pelo presidente Itamar Franco mostra que ela se sobrepôs ao grupo que pregava a retomada imediata do crescimento com inflação ainda alta e queda urgente nos juros. O ministro observou que as taxas de juros já estão caindo com a normalização política e o aumento da credibilidade da nova administração.

O último leilão de títulos federais feito pelo governo Collor, lembra o ministro, teve taxas reais de 30,5 por cento ao ano mais inflação, enquanto o último leilão

feito pelo governo Itamar teve juros de 20,5 por cento. Com a reforma fiscal, Haddad espera resgatar dez por cento dos títulos da dívida pública no mercado, o que aumentará a credibilidade dos títulos federais, reduzirá ainda mais as taxas de juros cobradas pelos investidores e permitirá alongar os prazos de vencimento dos papéis.

“Os investidores podem ficar tranquilos que tudo será feito sem intervenção unilateral no mercado. Usaremos os recursos tradicionais da administração da dívida pública. O Presidente não quer nenhum exercício heterodoxo em nenhuma área de seu Governo”. Por isso, não foi sequer apresentada na reunião a proposta estu-

dada pelo presidente do Banco do Brasil, Alcir Calliari, de que os títulos de curto prazo do Tesouro ofereçam juros negativos.

Haddad adiantou que, em 1993 e 1994, o Governo deverá comprar, com parcela do dinheiro arrecadado pelo Imposto Provisório sobre Movimentações Financeiras (IPMF), cerca de 3,5 bilhões de dólares — dez por cento do total da dívida mobiliária pública, por ano. Com isso, poderá garantir maior liquidez aos papéis e obter maior alongamento do perfil da dívida, através da colocação no mercado, de papéis com maiores prazos de vencimento.

Todos estes procedimentos deverão levar em conta as regras tradicionais da administração, assegurou o ministro. Ele reiterou que o presidente Itamar Franco deixou um recado bem claro durante a reunião: não quer nenhum exercício heterodoxo sobre a economia, pois já existe um grande passivo a ser resgatado, por conta de programas realizados em governos anteriores, às custas da heterodoxia.

O plano econômico do governo Itamar também prevê o incentivo ao investimento no setor produtivo. A equipe econômica ficou encarregada de negociar, com setores estratégicos, acordos fixando metas de produção, nível de emprego, produtividade e exportação.

As metas serão checadas trimestralmente e, em troca, o Governo abrirá linhas específicas de financiamento. Além disto, está prevista a redução gradual da carga tributária sobre os setores que se engajarem no programa. “Os primeiros a se beneficiarem dos mecanismos serão o setor automobilístico e a agroindústria”, avisou Haddad.